



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	0001673/2023
Data do Início	25/01/2023
Folha	
Rubrica	

**REF: Recurso da empresa CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA referente ao Pregão Presencial 44/2022.**

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa recorrente contesta a decisão sob o seguinte argumento, resumidamente:

- Solicita o retorno da fase de lances, uma vez que errôneo seria balizar a disputa a empresa de menor valor e as que ofertaram valor até 10% (dez por cento) maior;
- Aponta erros na planilha de composição de custos.

**III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS**

Ao analisarmos o recurso em tela temos a certeza de que a recorrente busca apenas retardar o processo, já que a mesma aponta fatos sem o mínimo de embasamento técnico. Vejamos os pontos a serem debatidos.

Durante toda a sua peça a empresa **CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA** buscou trazer inúmeros princípios, inclusive mencionou a impossibilidade de quebra do princípio de vinculação ao instrumento convocatório, ponto que esta especializada concorda e sempre respeitou; vejamos então o dispositivo editalício que organiza e baliza a forma de convocação das empresas participantes para a fase de lances de um **pregão presencial**.

O instrumento convocatório elaborado por esta especializada, analisado por um ilustre e competente órgão jurídico, apresenta em seu item 11.3 a seguinte redação:

“11.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.”



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Ou seja, no decorrer do certame, após o recebimento das propostas, a pregoeira pega o menor valor e classifica o restante das propostas exatamente como indica o instrumento convocatório.

Ainda se tratando do mesmo ponto, tal balizamento não é norma criada por esta especializada, muito pelo contrário, tal disciplina é trazida pela Lei Federal 10.520/2002, vejamos:

“Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.”

Ou seja, a elaboração do ranking cumpre exatamente os requisitos legais estabelecidos pela legislação vigente, ficando claro que a recorrente apenas buscou retardar o bom andamento do processo alegando um ponto totalmente fora de contexto.

Finalizando o ponto de debate supramencionado, deixamos o registro, de forma didática, uma vez que a recorrente aparenta um enorme desconhecimento no que tange o funcionamento de um certame licitatório. No possível caso de normas legais infringidas no corpo editalício, o remédio legal seria a impugnação, mediante a aplicação do artigo 41 da Lei 8.666/93.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.”

Qualquer matéria que infrinja diretamente o edital deve ser tratada em momento de impugnação. Dessa forma, toda a doutrina e vasta jurisprudência apontam para a perda do direito de reclamar contra o edital depois de abertos os invólucros de habilitação e nesta posição seguimos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Passando ao segundo ponto de discussão, a recorrente menciona erros no decorrer da planilha, alegando que a empresa recorrida não cumpriu os valores mínimos diários de acordo com a CCT apresentada.

Esta especializada, por sua vez, analisou todos os pontos da planilha e durante a sessão solicitou os seguintes ajustes, conforme consta na 5ª ata de realização do certame:

“Ajuste dos cálculos de adicional noturno e hora noturna reduzida, nas planilhas de Vigilante noturno e Supervisor noturno. Adicional Noturno:  $(\text{Salário} + \text{Adicionais}) * 0,5833 * 0,20$ ; Hora noturna reduzida:  $(\text{Salário} + \text{Adicionais}) * 0,0833 * 1,20$ ; Justificativa do valor provisionado para valetransporte inserido na planilha de Vigilante 44h, uma vez que o mesmo encontra-se zerado nas demais planilhas; Ajuste do valor de auxílio refeição na planilha de Vigilante 44h, pois o mesmo se encontra divergente da conferência, utilizando tanto 22, quanto 21 dias.”

Todos os apontamentos foram perfeitamente atendidos, afastando os possíveis vícios em relação a valores mínimos.

Continuando os apontamentos sobre a planilha, a recorrente menciona possível erro, uma vez que na planilha da recorrida constaria 86 vigilantes noturnos quando o necessário seria 172. Tal informação não tem o menor fundamento visto que a proposta apresentada oferta 2 (dois) vigilantes por cada posto; logo, temos a conta básica de 88 (oitenta e oito) postos, que multiplicados por dois vigilantes em cada, obtem-se o resultado de 176 vigilantes. O mesmo se repete no que tange o posto de vigilantes noturnos.

É questionado ainda o posto de supervisor, sendo alegado que a empresa demonstra apenas 2 (dois) profissionais e mais uma vez, temos um erro claro da recorrente, que não verificou que são dois profissionais por posto.

Por tanto, não existe erro algum na elaboração da planilha no que tange a quantidade de postos e os trabalhadores que lá estarão, o que existe é um interesse de tumultuar o processo com infundadas informações, questionamentos sem o mínimo de embasamento jurídico e técnico.

Por fim, considerando a clara intenção em retardar e frustrar o certame, uma vez que a empresa **CARIOCA VIGILÂNCIA LTDA** não demonstrou nenhum embasamento jurídico/técnico, trazemos a menção da nova lei de licitações, que muito embora não se aplique ao caso concreto, traz consigo especificamente em seu artigo 155 uma grande evolução:

“Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:  
(...)”



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;”

Por tanto, deixamos o registro de que esta especializada sempre prezará pelo perfeito, legal e justo andamento dos processos licitatórios.

**IV – DAS CONTRARRAZÕES**

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa HAWK se manifestou tempestivamente.

**V – DOCUMENTAÇÕES**

Visando organizar e facilitar as análises posteriores, solicitamos que seja analisado a proposta realinhada, presente às fls 1743 à 1760.

**VI – CONCLUSÃO**

Mediante o exposto e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo **INDEFERIMENTO** do presente recurso e o submetemos à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 31/01/2023.

---

GUSTAVO SANTANA  
MAT. 111.410

---

MARIA TRAVASSOS  
MAT. 111.813

DE ACORDO

---

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS  
Pregoeira